

Articulações entre currículo e culturas: Uma experiência de pesquisa em educação

Caroline Delfino dos Santos¹
Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima²
Jurema Rosa Lopes Soares³

Resumo

O presente trabalho configura-se como um relato de pesquisa e se propõe a apresentar dados substanciais referentes ao desenvolvimento de uma dissertação em educação. A pesquisa em questão teve como principal objetivo identificar de que forma o currículo escolar se articula às experiências de cunho cultural e econômico dos alunos. Metodologicamente tratou-se de um trabalho com abordagem etnográfica, tendo uma escola pública em Duque de Caxias/RJ como *lócus* das investigações. Assim, o trabalho de campo concentrou-se não apenas nas observações sobre o cotidiano, como também na realização de entrevistas com os sujeitos da comunidade escolar, com subsequente análise de suas narrativas. No campo do currículo e multiculturalismo, debruçamo-nos nos estudos desenvolvidos por Silva (2007). Os dados apontam para a necessária interlocução entre o currículo oficial e aspectos inerentes às culturas dos alunos, diálogo esse já promovido pelas educadoras entrevistadas, cujas narrativas revelam uma atenção sobre o contexto econômico dos alunos, bem como sobre suas marcas identitárias.

Palavras-chave: Educação; Currículo Escolar; Multiculturalismo.

Abstract

The present work is configured as a research report and proposes to present substantial data regarding the development of the dissertation about education. The research in question had as main objective to identify in which way the school curriculum articulates to the cultural and economic experiences of the students. Methodologically it was a work with ethnographic approach, having a public school in Duque de Caxias/RJ as the *locus* of the investigations. Thus, the fieldwork focused not only on the observations about daily life, but also on interviews with the subjects of the school community, with subsequent analysis of their narratives. In the field of curriculum and multiculturalism, we focus on the studies developed by Silva (2007). The data point to the necessary interlocution between the official curriculum and aspects inherent to the

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades Culturas e Artes (Unigranrio). E-mail: carol.delfino.santos@gmail.com

² Docente da UERJ

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades Culturas e Artes (Unigranrio)

student's cultures, a dialogue already promoted by the educators interviewed, whose narratives reveal an attention on the students' economic context, as well as on their identity marks.

Keywords: Education; School curriculum; Multiculturalism.

Introdução

Os grupos minoritários em nossa sociedade vêm se posicionando politicamente, assumindo o enfrentamento do histórico processo de desigualdade social, não apenas no que se refere às disparidades de caráter econômico, mas, sobretudo, no que concerne às assimilaridades que se dão em torno dos aspectos identitários de cor, gênero, religião, outros. Tal exercício pauta-se a partir da necessidade e urgência em buscarmos alternativas de superação às formas monoculturais que a sociedade impõe aos indivíduos, ignorando suas experiências culturais como um importante elemento da diversidade. A denúncia configura-se como uma reivindicação por políticas públicas de cunho igualitário que reconheçam as identidades dos grupos historicamente marginalizados como legítimas.

Quanto ao currículo, escopo do debate, questionamo-nos em que medida a democratização do ensino, prevista na atual Lei de Diretrizes e Bases e demais documentos oficiais vigentes, se articulam à necessidade da valorização das experiências extramuros escolares dos alunos, princípio este também previsto na referida legislação. Considerando ser a escola pública contemporânea um espaço destinado às camadas mais vulneráveis da sociedade, não por acaso, os ditos marginalizados sócio e economicamente, levantamos como hipótese que a escola, em seu currículo oficial, ignore as especificidades e diversidades apresentadas pelo público ao qual atende, privilegiando a cultura do homem branco, a partir de uma perspectiva eurocentrada.

Tal como apontado, em sua redação, a Lei nº 9394/96 menciona como um dos princípios básicos a valorização das experiências extraescolares do educando. Assim, a presente pesquisa apresentou as seguintes questões

problematizadoras: O currículo oficial favorece a permanência das crianças pobres na escola pública? As experiências vivenciadas fora da escola são contempladas na sala de aula? Em que espaços/tempos/circunstâncias? A escola (re)conhece as situações de desvantagens aos quais os alunos são submetidos?

Bem como o cenário econômico e político do país, a educação em sua essência é marcada por múltiplas desigualdades presentes no currículo escolar que insiste em ignorar o histórico e contexto sociocultural dos alunos pobres. Se entendermos a escola como subproduto da sociedade e, portanto, um espelho que reflete seus ranços, estigmas e paradoxos, não há como deixar de pensar esse espaço como um universo propício às discussões referentes às identidades e diversidades. Se concebermos a escola como campo de diversidade e, em meio a essa pluralidade, não ignorarmos que ainda se refere a um *lócus* de disputa de poder, construiremos a compreensão da urgência de práticas comprometidas politicamente com novas configurações educacionais a favor dos grupos historicamente excluídos. Assim, a presente pesquisa configura-se como um estudo sobre currículo, culturas, identidades, diversidade e poder.

Objetivos

A pesquisa apresentou como principal objetivo investigar os limites e as possibilidades encontrados pela escola em relação à valorização das experiências extraescolares dos alunos, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Em consonância ao objetivo geral, apresentamos os seguintes objetivos específicos: Investigar como as culturas, trajetórias e experiências dos diferentes sujeitos podem contribuir na organização de um currículo que atenda às demandas os alunos oriundos da escola pública sem, contudo, deixar de ampliar os conhecimentos para além do que estes já sabem, estando de fato a serviço da emancipação social; Resignificar o currículo escolar a partir das contribuições advindas do olhar da comunidade local; Estreitar as relações

entre escola e comunidade através do viés do diálogo; Investigar a realidade socioeconômica dos alunos, bem como as desigualdades sociais presentes.

Metodologia

A pesquisa apresentou-se como observacional qualitativa, apoiando-se nos estudos etnográficos. A primeira fase da pesquisa consistiu em um estudo bibliográfico que compôs o referencial teórico. A segunda fase consistiu na pesquisa de campo realizada em uma escola pública localizada em Duque de Caxias/RJ. Cumpre sinalizar que o estudo obteve aprovação do Comitê de Ética.

A pesquisa de campo se deu através de coleta de dados relacionadas à escola e à comunidade escolar e ainda por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas com prévia autorização dos sujeitos participantes. Posteriormente foram realizadas as devidas transcrições para uma melhor análise das informações presentes nos relatos.

Para a análise dos dados, nos utilizamos do método de amostragem intencional, ou também identificada como amostragem por julgamento, que se trata de uma amostra não probabilística, cujo objetivo, nesta pesquisa, especificamente, consistiu em identificar a intenção dos sujeitos pesquisados em seus fazeres, daí a opção por este tipo de amostragem e não outro que envolvessem um quantitativo maior de elementos da população escolar. Assim, nos atemos a um representante de cada segmento da Unidade Escolar. A escolha de cada membro se deu ora pela experiência de trabalho na comunidade em questão, ora por profissionais que além de trabalharem na referida localidade, moram no entorno da escola e apresentam conhecimentos sobre as condições socioeconômica e cultural as qual os alunos atendidos estão submetidos.

Assim entendemos a inviabilidade da amostragem probabilística a ser aplicada especificamente nessa pesquisa dado os demais objetivos previstos apresentados por esta. O caráter técnico presente na amostragem probabilística não se aplicou ao desenvolvimento do estudo em questão por não refletir a abordagem qualitativa desejada.

Resultados

O método de análise empregado corroborou para uma maior intervenção da pesquisadora no que se refere à seleção dos sujeitos pesquisados dentro o grupo. (MARCONI & LAKATOS, 2002) O diálogo com as profissionais participantes da pesquisa elucidou experiências escolares que favoreçam maior diálogo entre currículo escolar e experiências extraescolares.

A escolha pelo método em questão encontra como limite a inviabilização da prática de generalização dos dados coletados, contudo não se configurando como um entrave, visto que o estudo não apresentou como objetivo quantificar práticas nem número de profissionais que manifestem interesse em correlacionar as vivências extramuros dos alunos ao currículo escolar. A proposta sobre a qual a pesquisa se inclina, consiste em identificar se e como os educadores entrevistados reconhecem a demanda e de que maneira conseguem mediá-la no espaço-tempo da sala de aula dentro de um dado contexto, coaduna com uma abordagem de aspecto qualitativo.

Os resultados da pesquisa apontam para uma importante reflexão em relação às diferenças que caracterizam os alunos que hoje integram a escola pública, majoritariamente crianças e jovens pobres e afro-brasileiras. A demanda apresentada pelos alunos no que se refere às suas culturas, nos inquieta na busca por novas práticas a partir dos conhecimentos oriundos das classes populares às quais pertencem(os).

O trabalho em campo revelou ainda que o currículo oficial, tal como encontra-se instituído e implementado subalterniza as diferenças ao invés destas serem notoriamente legitimadas nas escolas. Ressaltamos, contudo, que as narrativas apresentadas pelas educadoras revelam que sua atuação em sala de aula se volta para o cotidiano das crianças por elas atendidas, em especial, quanto ao fator socioeconômico. Salientamos que também estas professoras fazem parte de uma maioria pobre, tal como o grupo de alunos matriculados em suas unidades.

As três profissionais entrevistadas fizeram menção à necessidade/importância da prática do olhar sobre o contexto doméstico dos alunos. As educadoras fazem alusão a experiências onde foi necessário desvincular-se do currículo oficial para compreender o processo pelo qual os alunos aprendem.

A prática do ensino permite que os docentes desenvolvam uma leitura em relação ao livro didático, interpretando-o como um portador de saberes por vezes desvinculados dos contextos sociais dos alunos. A ausência de aspectos práticos e utilitários aos alunos consiste em uma importante crítica elaborada pela diretora da unidade de ensino pesquisada. Em sua exposição, demonstra compreender que em dados momentos o livro se revela como um contraponto à prática de um currículo vivo capaz de atender às demandas dos alunos. Nessa ótica, empreendemos que o livro didático é considerado como uma ferramenta à serviço do currículo oficial:

O mais importante pra mim seria o currículo vivo, aprender para a vida, o que ele vai utilizar lá fora. Não adianta eu ficar aqui falando de meio ambiente, de mundo sustentável quando a criança não tem um esgoto na casa dela. Ela vai viver isso como se ela não tem esse respeito? Do lixo, mas falta uma lixeira, se não tem onde colocar o lixo, se o lixeiro não passa. Então assim, o currículo tem que ser vivo, ele tem que aprender o que ele vai utilizar pra vida. O que vai ser útil pra sua vida lá fora. Então a gente tem que ter essa sensibilidade que muitas vezes eu tenho que deixar o livro didático de lado, e olhar pra ele, pra pessoa que eu estou formando, porque ele que é o importante. (HELENA)

Embora haja o reconhecimento por parte das educadoras sobre a necessidade do olhar sobre as questões culturais, as mesmas encontram como limites o fato de terem que atender as demandas previstas no currículo oficial, ainda que este, por vezes, não se articule às diversidades presentes na sala de aula.

Uma das atividades experienciadas durante a pesquisa de campo com os alunos foi ouvi-los no que se refere a suas expectativas curriculares. Por meio de conversas individuais, as crianças falaram sobre o que gostariam de estudar na escola, que temas lhes pareciam mais interessantes. Embora não tivéssemos usado a palavra “currículo”, o objetivo era compreender que tipo de

conhecimentos lhes fariam mais sentido no universo escolar. Assim forma citando: Idiomas e Linguagem de sinais (LIBRAS), Física, Química, Informática, Biologia (Árvores e flores).

Embora fossem fazendo menção a conteúdos escolares, ao justificarem suas respostas os alunos vão nos dando pistas de que na verdade têm uma outra perspectiva em torno desses saberes. Em suas narrativas falam sobre o desejo de “viajar pelo mundo”, “ter um jardim e uma horta”. Também são citados assuntos que se relacionam a cinema e culinária, sobre o último, falam da necessidade de aprender cozinhar em seu cotidiano.

Os dados revelam que as crianças anseiam por conhecimentos diversos, mas buscam acesso em outras fontes (*internet*, livros paradidáticos) que falem de modo mais atrativo e funcional que a escola, espaço tradicionalmente destinado à educação formal. O diálogo construído com os alunos nos impõe o desafio de pensar um currículo voltado para as classes populares partindo do conhecimento sobre as vivências das crianças, e ainda incluindo suas perspectivas em relação ao ensino e aprendizagem.

Discussão

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2013) consideram que o acesso e permanência das crianças e jovens à/na escola consistem em importantes estratégias para a conquista da qualidade social. De acordo com o documento, os aspectos quantitativos na educação vêm se sobrepondo em relação à qualidade e aponta como crítica central que a universalização do acesso à escola *é uma medida necessária, mas que não assegura a permanência, essencial para compor a qualidade* (BRASIL, 2013, p. 24). Categoricamente, chama-nos a atenção para a importância de a oferta de vagas estar intrinsecamente vinculada à ideia de qualidade pedagógica, política e social, devendo ainda estar comprometida em garantir a permanência de crianças e jovens na escola.

À luz da Lei 9394/96, observamos a previsão da universalização do ensino, entretanto, por si só ela não traz garantias da oferta de uma educação de qualidade aos alunos pertencentes à escola pública. Se mal interpretada,

reforça o discurso neoliberal que insiste em dizer que oportuniza condições de acesso e permanência dessa criança pobre na escola. A esse respeito, Silva constata que:

A universalidade do direito social à escola é confundida com uma educação formal, hegemônica, em que o currículo, fragmentado e autoritário, atomiza as dimensões do desenvolvimento humano com o intuito de automatizar concepções e ações veiculadas como socialmente adequadas, adaptadoras dos sujeitos a contextos socioculturais e econômicos implacáveis. O aumento da oferta de vagas e o acesso garantido são insuficientes e inadequados para atender às necessidades socioculturais dos espoliados. Inviabiliza-se, na prática, a permanência na escola dos supostamente atendidos, que passam a compor a legião dos evadidos e repetentes. O sistema educacional, dessa forma, apenas legitima a sociopedagogia seletiva: oferta a oportunidade educacional a todos, mas, na prática sociocultural e econômica concreta, poucos a alcançam, reforçando o argumento da incompetência individual do educando perante a inexorabilidade dos contextos de realidade. Acaba a escola, portanto, cumprindo o seu papel ideológico de formar cidadãos convenientemente convencidos da naturalidade de seu estado de exclusão. (SILVA, 2005, p. 36)

A universalização da oferta de vagas no ensino público apresenta como um importante dado social a inserção das camadas pobres da sociedade na escola, um espaço que passa a aglutinar diferentes culturas. Para além da soma de identidades diversas, importa-nos compreender esse cenário como um território híbrido, onde as perspectivas culturais são enviesadas. Dito isto, a educação, além de configurar-se como um direito social respaldado pelas leis, deve implicar reflexões sobre como viabilizá-la de acordo com tais culturas identitárias. Reconhece-se, assim, a urgência do acesso igualitário à educação, mas sobremaneira a construção de um currículo que não apenas reconheça a existência das diferenças, mas que questione sua produção social:

(...) O multiculturalismo nos faz lembrar que a igualdade não pode ser obtida simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico existentes como nas reivindicações progressistas anteriores. A obtenção da igualdade depende de uma modificação substancial do currículo existente. Não haverá *justiça curricular*, para usar uma expressão de Robert Connell, se o cânon curricular não for modificado para refletir as formas pelas quais a diferença é produzida por relações sociais de assimetria. (SILVA, 2007, p. 88)

A inclusão das questões sociais no currículo escolar configura-se, pois, como pauta da presente pesquisa, tendo o respaldo das legislações vigentes outrora citadas, de forma a chamar a atenção para a diversidade dos grupos que compõem a cultura brasileira e conseqüente emergência de se promover a “superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.” (BRASIL. 1997. p. 20)

A escola, historicamente, projeta nos alunos um dado padrão estético cultural com base em valores que não condizem com sua realidade, uma sociedade diversificada não apenas em relação a sua cor, mas quanto à religião, linguagem, orientação sexual. Assim, partimos da análise multicultural para a defesa de uma escola com uma perspectiva mais ampla entorno dos alunos e suas famílias, suas histórias e trajetórias.

No que se refere ao currículo, identificamos que as teorias conceituadas como pós-críticas se alinham ao discurso do respeito às culturas, objetivando ainda a promoção do diálogo entre as diferenças. O que Silva (2007) propõe é que nos atentemos às perspectivas de estudos culturais que questionem as formas superficiais de se tratar a temática identidade e diferença.

A diferença é entendida como resultado das mais variadas marcas identitárias, assim, Silva (2007) nos propõe pensar as identidades a partir das diferenças dado caráter indissociável das mesmas. A leitura sobre a diferença destituída de um olhar sobre os processos identitários apenas corrobora para a manutenção das relações de poder em proporções assimétricas. Trata-se, pois de relações sociais hierárquicas, quase sempre pautadas em disputas de poder e confrontos resultantes da imposição de aspectos da identidade a grupos historicamente subalternizados. Encontram-se enviesados nessas relações temáticas outras, tais como inclusão/exclusão, identidade/alteridade e eu/outro que ratificam uma sociedade pautada nas oposições binárias.

A perspectiva criticada por Silva constrói-se sobre a ideia de que a identidade se autossustenta, fazendo, pois, alusão a si própria. Ela se constrói em oposição à outras identidades, partindo dos aspectos que a distingue das

demais. Nesse ínterim, o *eu* é posto como referência em relação ao *outro*, indicando a posição do sujeito que fala, atua e que se impõe aos demais. Tais condutas reafirmam a divisão do mundo em polos. Cumpre destacar a supremacia confirmada de alguns grupos em relação a outros.

A identidade e a diferença não estão apenas postas de maneira independente. Elas se entrelaçam pelo viés político, configurando-se como elementos não neutros da cultura. O poder se manifesta, pois, onde são demarcados e produzidos os processos de diferenciação, sendo esta a questão cerne das relações presentes entre identidade e diferença. Assim, apenas o reconhecimento das diferenças vem se revelando insuficiente. Em contraposição, evidenciar a problemática do binarismo que circunda a identidade e a diferença é pauta urgente nos discursos pedagógicos sobre currículo e cultura.

Como alternativa possível ao cenário educacional de marginalização aos alunos da escola pública, esta pesquisa estima propor a ampliação de debate sobre a necessidade de uma pedagogia que aborde o caráter político da identidade, uma pedagogia das diferenças.

Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei nº 9394/96). Brasília, 1996.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1997.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica*. Brasília, 2013.

_____. [Lei nº 12.796](#), Brasília, 2013.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas Ed., 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. *As Causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org's) *Currículo, cultura e sociedade*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. 15ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPRANDEL, Marcia Anita. *A pobreza do paraíso tropical: Interpretações e discursos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.